

**ADOÇÃO DO CPC PME – CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS
EMPRESAS EM ESCRITORIOS DE CONTABILIDADE DE CURRAIS NOVOS/RN**

*ADOPTION OF CPC SMEs – ACCOUNTING FOR SMALL AND MEDIUM-SIZED ENTITIES
IN ACCOUNTING OFFICES AT CURRAIS NOVOS/RN*

Valdemir Galvão de Carvalho¹
Hugo Leonardo de Medeiros Lima²
Ricardo Aladim Monteiro³

Resumo: Este estudo tem por objetivo investigar como os Contadores das pequenas e médias empresas do município de Currais Novos/RN adotam o CPC PME para a elaboração das Demonstrações Financeiras identificando se os contadores que adotam aplicam a norma adequadamente e, ainda, quais seriam as principais dificuldades na adoção deste procedimento. Neste sentido, foi aplicado um questionário estruturado aos contadores. A amostra foi constituída por 14 entidades prestadoras de serviços contábeis no município de Currais Novos/RN e os dados foram analisados por meio de estatísticas descritivas. Os resultados sugerem que na maioria dos casos os escritórios utilizam o CPC PME em muitos aspectos, porém, não na sua totalidade, visto que foram identificadas fragilidades no conhecimento das normas por estes profissionais. Uma das principais dificuldades encontrada foi a aplicação da depreciação, onde apenas 7,14% da amostra efetuou corretamente o método. De forma geral a maioria dos contabilistas afirma que as principais dificuldades de se colocar em prática o CPC PME é a falta de treinamento, especialmente pelas entidades de classes.

Palavras-chave: Contabilidade. Pequenas e Médias Empresas. CPC PME.

Abstract: This study aims to investigate how the Small and Medium-sized Companies in the municipality of Currais Novos/RN adopt the CPC SME for the preparation of the Financial Statements, identifying whether the accountants that adopt the SME CPC apply the standard adequately and, the main difficulties of adopting this procedure. In this sense, a structured questionnaire was applied to accountants. The sample consisted of 14 entities providing accounting services in the municipality of Currais Novos/RN and the data were analyzed through descriptive statistics. The results suggest that in most cases the offices use CPC PME in many aspects, but not in their entirety, since they have identified weaknesses in the knowledge of the standard by these professionals. One of the main difficulties was the application of depreciation, where only 7.14% of the sample correctly performed the method. In general, most accountants stated that the main difficulties in implementing CPC SMEs were the lack of training, especially by class entities.

Keywords: Accounting. Small and Medium-sized Entities. CPC SMEs.

¹ Doutor em Ciências Contábeis. Professor da UFRN. professorvaldemir@hotmail.com

² Graduado em Administração e graduado em Ciências Contábeis pela UFRN. hugofsisters@hotmail.com

³ Mestre em Administração pela Universidade Potiguar (UNP). Professor do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). profricardoaladim@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Diante das grandes mudanças ocorridas no cenário econômico mundial, a economia globalizada e o aumento nos investimentos estrangeiros, surgiu a necessidade de adequar as normas contábeis brasileiras às Normas Internacionais de Contabilidade, ou as IFRS. Neste sentido, Niyama (2010) afirma que a Contabilidade é considerada a linguagem dos negócios e, diante dos mercados globalizados, sua importância ultrapassou as fronteiras domésticas, passando a servir de subsídio à tomada de decisão em nível internacional. Entretanto, essa linguagem é divergente entre os países, uma vez que cada um adota práticas contábeis próprias e diferentes entre si.

Assim sendo, o processo de convergência das normas internacionais, busca uma consonância que segundo Guimarães *et al.* (2011) pode ser entendida como o processo que visa à adoção de um acordo entre os padrões, mediante um conjunto de princípios, sem abandonar as individualidades de cada país.

As alterações promovidas pela Lei nº. 11.638/2007 representam um marco na história da contabilidade brasileira, tendo maior destaque a convergência para as Normas Contábeis Internacionais. Todo processo de mudanças de conceitos que englobam um número significativo de profissionais é algo complexo e envolvem processos dinâmicos para promover a disseminação de novos conhecimentos (SHIMAMOTO e REIS, 2010). Portanto, os pronunciamentos não se limitaram às grandes organizações, uma vez que no Brasil a maioria das empresas é de médio ou pequeno porte. Baseado no *The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities* (IFRS for SMEs), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) divulgou em dezembro de 2009, o Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias Empresas (PMEs), que trata da adoção das normas internacionais de contabilidade pelas empresas de pequeno e médio porte, de acordo com a NBC TG 1000.

Deste modo, o CPC PME busca em suas deliberações, os padrões de mensuração e contabilização dos eventos contábeis, unificando os procedimentos em esfera mundial de forma simplificada. O CPC PME foi criado para sociedades fechadas e imunes à prestação de contas públicas, para que essas empresas tivessem a mesma compatibilidade nos relatórios contábeis que as companhias abertas, já que a unificação das informações financeiras e econômicas é o foco primordial quando da adoção desse pronunciamento (CPC, 2009).

Assim sendo, o presente estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: **quais as principais dificuldades na adoção do CPC PME pelos contadores das pequenas e médias empresas da cidade de Currais Novos/RN na elaboração das Demonstrações Financeiras?**

Assim sendo, o objetivo geral deste estudo é investigar quais as principais dificuldades na adoção do CPC PME pelos contadores das pequenas e médias empresas da cidade de Currais Novos/RN na elaboração das Demonstrações Financeiras.

As principais contribuições esperadas desta pesquisa são: oferecer subsídios para o conhecimento acerca da aplicação do CPC PME; identificar se as características dos contadores, tais como: formação acadêmica, tempo de atuação profissional e nível de conhecimento a respeito do CPC PME, estão associadas à adoção da norma; identificar se as características da organização contábil, como quantidade total de clientes e quantidade de clientes que são pequenas e médias empresas relacionam-se com a adoção do CPC PME; investigar demais fatores que podem influenciar a adoção do CPC PME, como custos com pessoal e estrutura, qualificação e treinamento, exigências de órgão externos etc.; discutir se

os escritórios que afirmam adotar o CPC PME na elaboração das demonstrações contábeis de seus clientes aplicam a norma adequadamente.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Caracterização e participação das PMEs na economia

As pequenas e microempresas são umas das principais bases de sustentação da economia brasileira, quer pela sua enorme capacidade geradora de empregos, quer pelo representativo número de estabelecimentos desconcentrados geograficamente. Elas oferecem atuação complementar aos empreendimentos de grande porte, atuação estratégica no comércio exterior, possibilitando a diversificação na pauta de exportações e torna a economia menos suscetível às variações que ocorrem na conjuntura comercial mundial. Possuem, ainda, a capacidade de gerar uma classe empresarial legitimamente nacional, aumentando a participação da economia privada na economia do país. O papel das MPEs [Micro Pequenas e Médias Empresas] tem sido discutido e muitos países têm intensificado os investimentos para esses empreendimentos, que são responsáveis na maioria dos países desenvolvidos pela maior parte da produção industrial e também do oferecimento de novos postos de trabalho. (SILVA, 2004, p. 30).

Segundo a Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, em seu art.3º, ficou estabelecido que “consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário (...) devidamente registrados”. A classificação das micro e pequenas empresas, de acordo com a receita bruta, conforme o Simples Nacional, é assim determinada: Porte Microempresa - Faturamento Anual: Até R\$ 360 mil; Porte Pequenas empresas - Faturamento Anual: Acima de R\$ 360 mil até R\$ 3,6 milhões. Classificação segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que aprovou a NBCTG 1000- norma que se destina à utilização por pequenas e médias empresas. Esta norma afirma que pequenas e médias empresas são aquelas que: (a) não tem obrigação pública de prestação de contas; e (b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais a usuários externos.

Essas empresas se caracterizam, muitas vezes, por não possuírem uma longevidade de suas atividades, devido à falta de uma gestão efetiva, conhecimento da real situação da empresa, possuir um planejamento estratégico e falta de controle. Neves e Lorandi (2013) consideram que pequenas e médias empresas apresentam características semelhantes, como pouco capital envolvido em sua constituição, dificuldade de separação entre o patrimônio dos proprietários e da empresa, além de registros contábeis pouco adequados.

Por isso é tão relevante a garantia de sobrevivência da PMEs em nosso país pelos órgãos regulamentadores. Estes, estão voltando seu foco para essas empresas que são a maioria no Brasil, e o primeiro passo para as mudanças foi a regulamentação da NBC TG 1000. Esta norma tem como objetivos, os citados por Neves e Lorandi (2013, p. 4) “proporcionar maior transparência e confiabilidade às informações contábeis”. A contabilidade é fundamental para a longevidade de uma organização, pois seu papel primordial é a geração de informações financeiras e econômicas, mostrando a real situação da empresa e, assim, auxiliar os gestores para a tomada de decisão.

2.2 Adoção da IFRS no Brasil

No Brasil, Ernst e Young (2009), relatam que o Projeto de Lei foi finalmente aprovado ao final de 2007 e transformado na Lei nº. 11.638 [...], que estabeleceu a adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil. Foi criado em 2005, no Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) Através da Resolução CFC nº 1.055 que estuda o preparo e a publicação de novos Pronunciamentos Técnicos que validam a introdução dos IFRSs nas práticas contábeis no Brasil, possui amplo plano de trabalho para tradução, discussão, aprovação e publicação de todas as normas internacionais de contabilidade gradualmente (MOURAD, 2012, p. 29).

No Brasil, a Lei nº. 11.638/07 obrigava as empresas de grande porte e de capital aberto a se adequarem às novas normas, até que surge a (NBC) TG 1000, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09 que abrange a área de pequenas e médias empresas, inovando e definindo parâmetros específicos de registro e evidenciação contábil para as empresas desse porte (NEVES; LORANDI, 2013). Essa resolução passou a vigorar nos exercícios contábeis iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2010. Deste modo, a NBC TG 1000 estabelece critérios e procedimentos de caráter simplificado se comparado às obrigações das empresas de capital aberto e de grande porte (NEVES; LORANDI, 2013).

Neste sentido, muitos países já aderiram à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), com níveis diferentes de convergência. O Brasil aderiu à adoção e rapidamente as empresas de pequeno porte tiveram que se adequar.

2.2.1 Processo de Harmonização

A Contabilidade no Brasil passou por uma grande mudança com a convergência para o padrão internacional de contabilidade, as IFRS (*International Financial Reporting Standards*). Os pronunciamentos da IFRS são emitidos pelo IASB (*International Accounting Standards Board*), que tem como principal objetivo o desenvolvimento de um modelo único de normas internacionais de Contabilidade.

Como o Brasil aderiu a esse padrão, criou-se a necessidade de um órgão que pudesse traduzir os pronunciamentos emitidos pelo IASB, surgindo então o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC. Foram instituídas em 2005 no Brasil, face às necessidades de conduzir a convergência para as normas internacionais de contabilidade, as *International Financial Reporting Standards*, ou simplesmente IFRS. Neste sentido, o CPC centraliza a emissão de pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações técnicas contábeis de forma democrática, uma vez que as referidas normas são submetidas a audiências públicas antes de serem publicadas. (FARIA; SILVA, 2014).

No Brasil, o processo de convergência aconteceu com a promulgação da Lei nº. 11.638/07 que reconheceu o Comitê de Pronunciamentos Contábeis como órgão responsável pela emissão das normas contábeis aplicáveis. Essa nova lei introduziu importantes conceitos do direito societário, tendo sido adaptados conceitos legais bastante utilizados em economias mais desenvolvidas, alinhando, também, a normatização brasileira às legislações dos Estados Unidos e de países da Europa. Foram trazidas inovações tanto para as demonstrações contábeis quanto para as práticas contábeis, visto que essas normas são baseadas muito mais em princípios do que em regras (SAIKI e ANTUNES, 2010). Consequentemente, esta nova abordagem traz impactos substanciais para a profissão contábil, tendo em vista que o contador passa a exercer muito mais sua capacidade de julgamento do que no passado recente, com reflexões positivas sobre o status da profissão no Brasil.

Essa padronização contempla a adoção de um novo padrão contábil que oferece mudanças na forma de evidenciação, mensuração, reconhecimento e divulgação de fatos contábeis. Isso conduz a impactos na representação do cenário patrimonial, econômico e financeiro das empresas (PONTE; FREITAS; OLIVEIRA, 2013, p. 3).

2.2.1 - Processo de Padronização

No bojo da harmonização das práticas contábeis brasileiras com as internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) divulgou no ano de 2009, o Pronunciamento Técnico para pequenas e médias empresas (PMEs). Este documento trata da adoção das normas internacionais de contabilidade para as empresas de pequeno e médio porte brasileiras, baseado no The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs). Este pronunciamento passou a ser a Norma Técnica (NBC TG 1000) quando aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução CFC nº 1255/09. Com isso, todas as empresas classificadas como pequenas e médias empresas estarão obrigadas a elaborar suas demonstrações com base na Resolução nº. 1.255/09. Pequenas e médias empresas são aquelas que não possuem obrigação pública de prestação de contas e elaboram demonstrações contábeis para fins internos de gestão e para usuários externos. A contabilidade, nas PMEs, tem seu foco mais em finalidades gerais, como é o caso de sócios que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais e agências de avaliação de crédito (IUDÍCIBUS *et. al.*, 2010, p.25).

2.3 Estudos Anteriores Sobre as IFRS PMES

Alguns estudos anteriores mais recentes que abordaram a convergência das normas internacionais de contabilidade para as PMEs já foram realizados, porém, em contextos e realidades regionais diferentes deste estudo, conforme demonstrados no Quadro 1:

Quadro 1 – Resumo das recentes pesquisas sobre IFRS para PMES.

Tipo	Autor/ano	Título	Principais conclusões
Estudo exploratório	Costa e Paulo (2014)	IFRS para pequenas e médias empresas: conhecimentos e habilidades requeridos ao profissional contábil na percepção de mestrandos e doutorandos dos PPGCC's	Os respondentes consideram importante a adoção das IFRS e indicaram a necessidade de melhor compreensão dessas normas, pelo profissional contábil, além da sua capacidade de análise e síntese, bem como, a importância da sua participação em programas de educação continuada.
Estudo exploratório	Alves et al. (2013)	Uma análise dos escritórios de contabilidade sobre a necessidade de aplicação das IFRS para pequenas e médias empresas (Recife-PE).	Constatou-se que ainda não existe a utilização das IFRS pelos escritórios de contabilidade analisados, bem como que alguns profissionais não têm conhecimento sobre a convergência contábil, além do mais a maioria dos contabilistas não consideram necessária à adoção das IFRS PMEs.
Estudo exploratório	Menezes, Luz e Carvalho (2013)	Processo de convergência contábil das pequenas e médias empresas brasileiras aos padrões internacionais: percepção	Os resultados apontam que apesar de conhecer o processo de convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais, a adoção das IFRS PMEs somente ocorre quando as práticas

		dos contabilistas de Campina Grande – PB	coincidem com aquelas que usualmente já estão sendo executadas.
Estudo exploratório	Pinto, Costa e Santos (2013)	Custos e Benefícios da adoção do CPC PME. (São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal)	Para os respondentes, o principal benefício da adoção do IFRS PMEs é a melhoria da qualidade da informação contábil através da sua comparabilidade, utilidade e transparência. Relativamente aos custos, a falta de profissionais treinados e o alto custo de ajuste dos sistemas de informática, são um entrave para completa adoção.
Estudo exploratório	Rower, Bordignon e Kruger (2012)	Contabilidade para pequenas e médias empresas: uma análise das práticas adotadas pelos profissionais contábeis. (Chapecó-sc)	Constaram que, embora cerca de 84% das empresas tenham obrigatoriedade de adoção das IFRS PMEs, somente 32% dos contabilistas compreendem as IFRS, 47% deles adotam parcialmente as IFRS e 16% não conhecem ou não adotam. Além disso, para 82% deles, as principais dificuldades para a implantação da norma são os custos e a falta de mão de obra capacitada.

Fonte: adaptado de Jesus *et al.*, 2015.

De modo geral, os resultados demonstram que a maioria dos profissionais contábeis do país tem conhecimento e percepção da nova contabilidade para as PMEs. Exceto quanto ao estudo de Alves *et al.* (2013), a maioria deles considera que as IFRS trazem benefícios às PMEs, entretanto, a adoção efetiva dessas normas na prática tem ocorrido apenas parcialmente ou em situações isoladas.

3. METODOLOGIA

Quanto aos objetivos a pesquisa classifica-se como descritiva, que segundo (GIL, 2010) tem a finalidade de observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos, sem, contudo, entrar no mérito dos conteúdos descritivos visando à identificação das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo.

Quanto à natureza a pesquisa será qualitativo-quantitativa. Busca apresentar na análise dos dados a abordagem tanto qualitativa quanto quantitativa. A pesquisa quantitativa é aquela que, utilizando instrumentos de coleta de informações numéricas, medidas ou contadas, aplicados a uma amostra representativa de um universo a ser pesquisado, fornece resultados numéricos, probabilísticos e estatísticos. De outra forma, a análise qualitativa é aquela que, utilizando o estudo documental, procura explorar a fundo, conceitos, atitudes, comportamentos, opiniões e atributos do universo pesquisado, avaliando aspectos emocionais e intencionais implícitos na opinião dos sujeitos da pesquisa (LAMPERT, 2000, p. 98).

Nesse mesmo contexto foi utilizado o questionário como instrumento de coleta de informação, que de acordo com (GIL, 2010), é definido como uma técnica de investigação social composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimento.

Para realizar o presente estudo foi feito um levantamento dos escritórios de contabilidade inscritos na delegacia regional do CRC em Currais Novos, o qual revelou uma

população de 14 (quatorze) empresas contábeis. De posse do banco de dados, foi encaminhado um questionário a estes escritórios, via correio eletrônico, além de contatos via telefone convidando os contadores a participarem da pesquisa.

O instrumento da pesquisa foi um questionário estruturado, contendo 13 (treze) perguntas de múltipla escolha, com o objetivo de possibilitar identificar se o CPC PME é empregado ou não pelos contadores, referentes à forma de mensuração e contabilização de ativos e à forma de apresentação das demonstrações. Bem como, verificar se os procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis estão adequadamente adotados de acordo com o CPC PME, e fatores que influenciam, dificultam ou impedem a adoção da norma. Tomando-se por base, instrumentos validados nos estudos de (PRADO *et al*, 2011; ROWER; BORDIGNON; KRUGER, 2012), adaptado as exigências necessárias dessa pesquisa.

4. RESULTADOS

A pesquisa obteve o retorno de 14 dos 16 questionários aplicados aos contadores dos diversos escritórios de contabilidade do município de Currais Novos, o que corresponde a uma amostra de aproximadamente 87,5%. O perfil da amostra está demonstrado nas Tabelas de 1 a 4.

Tabela 1 - Quantidade de clientes dos escritórios

Clientes	Quantidade	Frequência Relativa %
De 1 a 50 clientes	8	57,14
De 51 a 100 clientes	2	14,29
De 101 a 150 clientes	2	14,29
De 151 a 250 clientes	1	7,14
Mais de 250 clientes	1	7,14
Total de Respostas	14	100

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

De acordo com a Tabela 1, em relação ao perfil da amostra percebe-se que 71,43% dos escritórios de contabilidade atendem até 100 empresas/clientes cada. Essa característica da amostra se assemelha com o encontrado nos estudos de Rower, Bordignon e Kruger (2012) os quais constataram que 79% da amostra investigada tinham até 100 clientes e com o estudo de Faria e Silva (2014) que encontraram em suas pesquisas que 68% da amostra investigada tinham até 100 clientes.

Tabela 2 - Quantidade de PME atendidas pelos escritórios

Empresas atendidas pelos escritórios	Quantidade	Frequência Relativa %
Até 30%	0	0,00
De 31% a 50%	1	7,15
De 51% a 70%	0	0,00
De 71% a 90%	4	28,57
Mais de 90%	9	64,28
Total de Respostas	14	100

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Os números sugerem que todos os escritórios de contabilidade que participaram da pesquisa têm como principais clientes as pequenas e médias empresas, corroborando os estudos de Prado *et al.*, (2011), Rower, Bordignon e Kruger (2012), Faria e Silva (2014), Menezes, Luz e Carvalho (2013) e Alves *et al.*, (2013).

Tabela 3 - Tempo de atuação profissional dos contadores responsáveis pelos escritórios

Tempo de atuação	Quantidade	Frequência Relativa %
Menos de 3 anos	0	0,00
Entre 3 e 6 anos	1	7,14
Entre 6 e 10 anos	4	28,57
Entre 10 e 20 anos	3	21,43
Mais de 20 anos	6	42,86
Total de Respostas	14	100

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Os contadores foram questionados, também, quanto ao tempo de atuação na área. Os resultados indicam que a gestão de mais da metade dos escritórios, atualmente está sendo realizada por profissionais que acumulam até 10 (dez) anos de carreira, cerca de 57,14%, sendo o restante 42,86% do total de entrevistados que possuem mais de 10 anos de atuação na área, conforme mostra a Tabela 1, o que destoia do estudo de Faria e Silva (2014), Menezes, Luz e Carvalho (2013) e Alves *et al.*, (2013), que apontava uma gestão maior de profissionais com mais de 10 anos de atuação no mercado.

Tabela 4 - Formação acadêmica dos contadores responsáveis pelos escritórios

Formação acadêmica	Quantidade	Frequência Relativa %
Técnico	4	28,57
Bacharel	7	50,00
Pós-Graduado em contabilidade ou áreas afins	3	21,43
Mestre em contabilidade ou áreas afins	0	0
Total de Respostas	14	100

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

No que diz respeito à formação acadêmica dos contadores participantes da pesquisa, ficou demonstrado que o número de bacharéis é de 50%, assim como o baixo número de profissionais com pós-graduação em contabilidade ou áreas afins.

Tabela 5 - Nível de conhecimento sobre o conteúdo do CPC PME

Nível de conhecimento	Quantidade	Frequência Relativa %
Possui conhecimento de todo o conteúdo do CPC PME	1	7,14
Está familiarizado com as determinações	11	78,57
Domina poucos aspectos	2	14,29
Apenas ouviu falar	0	0
Desconhece o assunto	0	0
Total de Respostas	14	100

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Quando questionados sobre o conhecimento acerca do conteúdo do CPC PME, 78,57% dos entrevistados afirmaram estar familiarizados com as determinações e apenas um profissional diz que possui conhecimento de todo o conteúdo do respectivo CPC. A Tabela 5, resume os dados encontrados na pesquisa e que corroboram com os obtidos por (PRADO *et al*, 2011), que demonstram que a maior parte dos contadores estão familiarizados com o conteúdo do CPC PME, porém, em percentuais diferentes e distorcem do resultado encontrado por Faria e Silva (2014) que mostra que 64% dos contadores desconhecem o assunto.

Em seguida, buscou-se conhecer quantos são os escritórios da amostra que adotam as normas do CPC PME. Conforme demonstrado na Tabela 6.

Tabela 6 - Nível de adoção do CPC PME pelos escritórios de contabilidade

Contadores que elaboram as demonstrações contábeis de acordo com o CPC PME	Quantidade	Frequência Relativa %
Em nenhuma das PME clientes	0	0,00
Em até 30% das PME clientes	3	21,43
Entre 30% e 50% das PME clientes	3	21,43
Em mais de 50% das PME clientes	2	14,29
Em todas as PME clientes	6	42,85
Total de Respostas	14	100

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Os dados sugerem que mais da metade dos contadores não utilizam o CPC PME em todas as empresas, ou seja, só as utilizam em algumas empresas, sejam pelas necessidades de seus clientes, pelo nível de governança e exigência das empresas ou dos seus próprios interesses.

Tabela 7 - Empresas contempladas pelo CPC PME

Conceito de PME de acordo com o CPC PME	Quantidade	Frequência Relativa %
Empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas e elaboram demonstrações contábeis para fins gerais	11	78,57
Sociedades por ações	3	21,43
Todas as empresas	0	0,00
Total de Respostas	14	100

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Já em relação à adoção do CPC PME pelos escritórios de contabilidade, buscando identificar se os procedimentos adotados estão de acordo com o item 3.3 do CPC PME, os resultados estão demonstrados na Tabela 7. Verifica-se que a maioria dos contadores que participaram da pesquisa entende o conceito de PME de acordo com o CPC PME.

Tabela 8 - Mensuração do Ativo Imobilizado

Tratamento do Ativo Imobilizado	Quantidade	Frequência Relativa %
Considera, inicialmente, o custo original e, nos exercícios seguintes, o custo menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas	11	78,57
Considera o custo histórico deduzido da depreciação acumulada	0	0,00
Considera o custo histórico menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas	3	21,43
Considera o menor valor entre o valor contábil e o valor histórico	0	0,00
Total de Respostas	14	100

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Ao mencionar o tratamento a ser dado ao ativo imobilizado, o CPC PME orienta que a entidade deve mensurar tal ativo no reconhecimento inicial pelo seu custo. O item 17.15 do CPC PME diz ainda que, entre outras providências: “A entidade deve mensurar todos os itens do ativo imobilizado, após o reconhecimento inicial, pelo custo menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável de ativos acumulados”. Sobre os procedimentos adotados pelos contadores, 78,57% estão de acordo com a referida norma.

Tabela 9 - Depreciação do Ativo Imobilizado

Tratamento da depreciação	Quantidade	Frequência Relativa %
Considera uma vida útil estimada fixa para cada grupo de ativo imobilizado	6	42,86
Contabiliza a depreciação desde quando o bem entra em operação até o final de sua vida útil, independente se o bem estiver ocioso no período	3	21,43
Contabiliza a depreciação em bases sistemáticas ao longo da vida útil estimada para os ativos	1	7,14
Realiza revisões anuais da vida útil dos bens, independente de condições tecnológicas ou do ambiente.	4	28,57
Total de Respostas	14	100

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

De acordo com a Tabela 9, as práticas dos contadores relativas à depreciação do ativo imobilizado, obteve-se apenas uma resposta em conformidade com o item 17.18 do CPC PME “a entidade deve alocar o valor depreciável de ativo em base sistemática ao longo da sua vida útil”.

Tabela 10 – Mensuração dos Estoques

Tratamento dos estoques	Quantidade	Frequência Relativa %
Considera o maior valor entre o custo e o preço de venda estimado	1	7,14
Considera o custo histórico	3	21,43
Considera o preço de venda estimado	4	28,57
Considera o menor valor entre o custo e o preço de venda estimado diminuído dos custos para completar a produção e despesas de vendas	6	42,86
Total de Respostas	14	100

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

No que diz respeito aos estoques, mais da metade dos contadores que responderam o questionário não acertou a questão que de acordo com o item 2.49 (b) do CPC PME diz que “a entidade avalia estoques pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado, menos despesas, para completar a produção e vender”.

Tabela 11 – Demonstrações contábeis elaboradas de acordo com o CPC PME

Demonstrações Contábeis	Quantidade	Frequência Relativa %
Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado	1	7,14
Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Notas Explicativas	3	21,43
Demonstração de Resultado e Demonstração do Fluxo de Caixa	4	28,57
Balanço Patrimonial; Demonstração de Resultado; Demonstração do Resultado Abrangente e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (quando aplicáveis); Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas	6	42,86
Total de Respostas	14	100

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Os resultados sugerem que mais da metade dos pesquisados não estão elaborando as demonstrações de acordo com o CPC PME (item 3.17). Corroborando os achados no estudo de Rower, Bordignon e Kruger (2012), os quais observaram que apenas 42% dos contadores entrevistados elaboram todas as demonstrações contábeis obrigatórias para as pequenas e médias empresas.

Tabela 12 – Motivos para a adoção do CPC PME

Fatores	Quantidade	Frequência Relativa %
Adesão Voluntária	6	42,86
Exigência de Clientes	0	0,00
Exigência de Órgãos públicos	1	7,14
Atendimento ao CPC	4	28,57
Exigência de Órgãos reguladores	2	14,29
Exigência de Usuários Internos	1	7,14
Exigência de Instituições Financeiras	0	0,00
Total de Respostas	14	100

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

De acordo com a Tabela 12, em relação aos motivos que levaram os escritórios de contabilidade a adotarem o CPC PME, nota-se que a grande motivação se deu de forma voluntária, aproximadamente 43%, corroborando com os achados no trabalho de Faria e Silva (2014).

Tabela 13 – Dificuldades para a adoção do CPC PME

Fatores	Quantidade	Frequência Relativa %
Falta de divulgação, orientação e treinamento por parte dos órgãos competentes	11	78,57
Sobrecarga de trabalho	1	7,14
Falta de qualificação para aplicar a norma	0	0
Falta de estrutura dos escritórios de contabilidade	0	0
Desconhecimento do assunto	1	7,14
Complexidade da norma	1	7,14
Total de Respostas	14	100

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

As principais dificuldades para a adoção do CPC PME encontradas pelos profissionais contábeis foram falta de divulgação, orientação e treinamento por parte dos órgãos competentes e entidades classistas (78,57%), seguido por sobrecarga de trabalho e aumento de custos, desconhecimento do assunto e complexidade da norma. Enquanto, que a pesquisa de (ROWER, BORDIGNON E KRUGER, 2012) evidenciou que os maiores impactos causados pela adoção do CPC PME dizem respeito ao custo dos serviços prestados e à qualificação profissional, ambos com 41% cada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou quais as principais dificuldades na adoção do CPC PME pelos contadores das pequenas e médias empresas da cidade de Currais Novos/RN na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Os resultados sugerem que 71,43% dos escritórios de contabilidade do município de Currais Novos-RN atendem em média até 100 empresas/clientes, tendo como principais

clientes as pequenas e médias empresas. A gestão de mais de 50% dos escritórios é realizada por profissionais que acumulam até 10 (dez) anos de carreira, sendo aproximadamente 50% são bacharéis em Contabilidade e apresenta um baixo número de profissionais com pós-graduação em Contabilidade ou áreas afins.

Em relação aos conteúdos do CPC PME aproximadamente 78% dos contadores estão familiarizados com o conteúdo do CPC PME, corroborando com Prado *et al*, (2011). Mais de 50% dos contadores só utilizam CPC PME em algumas empresas, sejam pelas necessidades de seus clientes, pelo nível de governança e exigência das empresas ou de interesses próprios.

Em relação ao tratamento dado ao ativo imobilizado de acordo com o CPC PME 78,57% dos trabalhos estão de acordo com a referida norma. Entretanto, as práticas dos contadores relativas à depreciação do ativo imobilizado, em geral não estão de acordo com o item 17.18 do CPC PME “a entidade deve alocar o valor depreciável de ativo em base sistemática ao longo da sua vida útil”.

No tocante aos estoques, mais da metade dos contadores não acertaram a questão do item 2.49 (b) do CPC PME que diz que “a entidade avalia estoques pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado, menos despesas, para completar a produção e vender”.

Verificou-se que mais de 50% dos pesquisados não estão elaborando todas as demonstrações contábeis obrigatórias para as pequenas e médias empresas de acordo com o CPC PME (item 3.17), corroborando os achados no estudo de Rower, Bordignon e Kruger (2012).

Em relação aos motivos que levaram os escritórios de contabilidade a adotarem o CPC PME, nota-se que a grande motivação se deu de forma voluntária, aproximadamente 43%, corroborando com os achados no trabalho de Faria e Silva (2014).

Em suma, as principais dificuldades da adoção do CPC PME pelos profissionais contábeis, observadas, foram a falta de divulgação, orientação e treinamento por parte dos órgãos competentes e entidades classistas, seguido por sobrecarga de trabalho e aumento de custos, desconhecimento do assunto e complexidade da norma. De modo geral, os resultados demonstram que apesar das dificuldades de compreensão e interpretação técnica do conteúdo das IFRS PMEs no Brasil, os contabilistas consideram importante a adoção completa da referida norma, a fim de melhorar a qualidade das informações contábeis elaboradas por estas empresas. Existe uma relativa utilização do pronunciamento CPC PME e divergências nos procedimentos contábeis executados pelos profissionais entrevistados na cidade de Currais Novos/RN, especialmente no quesito da depreciação.

Corroborando os estudos anteriores de (PRADO *et al*, 2011; ROWER; BORDIGNON; KRUGER, 2012), para Faria e Silva (2014) na prática, os contabilistas consideram importante a adoção completa da referida norma, que tem como objetivo melhorar a qualidade das informações contábeis elaboradas por estas empresas. Contudo, no mercado, nenhum escritório entrevistado está apto a afirmar que adota o pronunciamento CPC PME em suas empresas clientes na sua totalidade. Conforme apontado na pesquisa, os contabilistas não seguem estes requerimentos na íntegra e não conhecem seu conteúdo adequadamente, uma vez que o encontrado, na verdade, é uma boa utilização, mas não a sua totalidade.

A respeito de outros fatores que influenciam a adoção do CPC PME, a pesquisa apontou que a maioria dos contadores adota o pronunciamento de forma voluntária ou em atendimento ao CPC. As principais dificuldades para a adoção do CPC PME referem-se à falta de divulgação, orientação e treinamento por parte dos órgãos competentes e entidades

classistas de acordo com a amostra investigada. A ausência de treinamento e formação requer maior atenção dos organismos profissionais de classe, bem como das instituições de ensino superior em contabilidade, que podem contribuir na capacitação e formação continuada dos contabilistas.

Dessa forma espera-se que esta pesquisa contribua com os estudos acerca da contabilidade para as pequenas e médias empresas, visto a relevância destas no contexto econômico brasileiro. Sugere-se como pesquisas futuras verificar a aplicabilidade do CPC PME em outras regiões do Estado e avaliar outros itens patrimoniais. Ainda como material profícuo para novos estudos: identificar métodos eficientes de divulgação e incentivo para aplicação destas normas e efetuar pesquisas a respeito da percepção dos empresários em relação à convergência das normas internacionais de contabilidade para as pequenas e médias empresas (PMEs), denominadas de *International Financial Reporting Standards* (IFRS) PMEs.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fernando Lins; MIRANDA, Luiz Carlos; MEIRA, Juliana Matos de; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. Uma análise dos escritórios de contabilidade sobre a necessidade de aplicação das IFRS para pequenas e médias empresas. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*. Rio de Janeiro, v. 8, n.3, set/dez 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_PMEeGlossario_R1.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.255/2009– Aprova a NBC TG 1000 (NBC T 19.41) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001255>. Acesso em: 24 out.2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº. 1.055 de 24 de outubro de 2005. *Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055>. Acesso em: 24 out. 2017.

ERNST & YOUNG. Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus normas brasileiras. FIPECAFI - São Paulo: Atlas, 2009.

FARIA, C.T.A.; SILVA, D. M. Adoção do CPC PME : contabilidade para pequenas e medias empresas. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 8, n.3, p.75-91, set-dez. 2014.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projeto de pesquisa. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, L. M. et al.O profissional contábil diante da convergência das normas contábeis: análise da preparação desse profissional nos processos organizacionais. In: VIII SEGET – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2011, Resende-RJ. Anais... Resende-RJ: 19 a 22 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos11/34414349.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

IUDÍCIBUS, S. et. al. Manual de Contabilidade Societária (Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC). São Paulo: Atlas, 2010.

JESUS, Jonathan Gabriel Brune de, *International Financial Reporting Standards (IFRS) para Pequenas e Médias Empresas: a Percepção dos Contabilistas de Juazeiro-BA*.

LAMPERT, Ernani (org). *A Universidade na virada do século 21: Ciência, Pesquisa e extensão*.

MENEZES, Fernanda Dourado; LUZ, Janayna Rodrigues de Moraes; e; CARVALHO, José Ribamar Marques de. Processo de Convergência Contábil das Pequenas e Médias empresas brasileiras aos padrões internacionais: Percepção dos contabilistas de Campina Grande – PB. XXXVII ENCONTRO DA ANPAD. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_CON2368.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2017.

NEVES, D. R.; LORANDI, L. A. NBC TG 1000: Um estudo sobre a convergência contábil internacional para pequenas e médias empresas nos escritórios contábeis de Santa Catarina. In: 5º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS & INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 2014, Florianópolis. Anais... Florianópolis: CONGRESSO UFSC, 2014.

NIYAMA, Jorge Katsumi. *Contabilidade Internacional*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PONTE, V. M. R.; FREITAS, J. B.; OLIVEIRA, M. C. Impactos da adoção das IFRS nas demonstrações consolidadas dos bancos listados na BM&FBovespa. *EnANPAD*. XXXVII Encontro do ANPAD, Rio de Janeiro, 7 a 11 set., 2013.

PRADO, Thiago Alberto dos Reis; TEIXEIRA, Bruno Ricardo; BERNARDINO, Flavia Ferreira Marques; LEMES, Sirlei. A utilização do pronunciamento do CPC para as pequenas e médias empresas: um estudo nas cidades de Araguari, Uberaba e Uberlândia - MG. In: XIV SemeAd, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2011.

ROWER, Gerson Roberto; BORDIGNON, Andrea Carla; KRUGER, Silvana Dalmutt. Contabilidade para pequenas e médias empresas: uma análise das práticas adotadas pelos profissionais contábeis. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. *Anais eletrônicos...* São Paulo: 2012. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos122012/an_resumo.asp?con=1&cod_trabalho=263.pdf>. Acesso em: 01 set. 2017.

SAIKI, T.G.; ANTUNES, M.T.P. Reconhecimento de ativos intangíveis em situação de business combinations: um exemplo prático da aplicação dos CPC 04 e CPC 15. *Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços*, n. 46, 2010.

SHIMAMOTO, Leila Sayuri. *et al.* Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade: uma análise sob a perspectiva dos profissionais contabilistas. *Revista de Estudos Contábeis*, Londrina, v. 1, n. 1, jul/dez 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/rec/article/view/9403>>. Acesso em: 31 out. 2017.

SILVA, João Braz. *O Uso de Ferramentas de Gestão Empresarial como Fator de Sucesso dentro das Empresas- Um Estudo de Caso*. Dissertação – Mestrado em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2004.